

Diniz acha que Brasil tem como retomar crescimento

- 1 AGO 1994

economia - Brasil

Crescer, reativar a indústria, elevar o nível de emprego, reduzir a inflação, promover uma reforma tributária, distribuir melhor a renda e repensar o papel do Estado na economia. Estas são as fases de um programa econômico que o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, defendeu ontem, durante o painel "Reflexos do Desenvolvimento Político e Social e a Reativação da Economia", promovido pela Escola Superior de Guerra, como indispensável para recolocar o país no caminho do desenvolvimento.

Para Diniz, o Brasil já não pode mais assistir, passivamente, ao empobrecimento geral da população. "Temos que assumir a nossa soberania política e econômica e reverter o atual quadro recessivo, que fere a consciência de qualquer empresário responsável que, como nós, deseja construir um país melhor". A esse respeito, o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar foi enfático ao dizer que "o próximo presidente da República terá que ter assegurado para si a legitimidade do poder, condição sem a qual não conseguirá promover as amplas reformas políticas, sociais e econômicas que a nação requer, para poder resgatar a enorme dívida

social contraída perante a sociedade brasileira nesses quatro anos de recessão. E dos atuais candidatos — prosseguir Diniz — é inegável que só o governador Tancredo Neves reúne condições para assumir o Governo com apoio maciço dos brasileiros".

"Condições para voltar a crescer e recuperar a oferta de empregos, posso lhes assegurar que o Brasil tem", disse Diniz aos estacionários da ESG, valendo-se de um pormenorizado quadro contendo projeções para as principais variáveis econômicas nos próximos anos. Segundo o diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, "uma projeção bastante realista do balanço de pagamentos até 1989 indica que, mesmo considerando os altos níveis de taxas de juros ora praticados nos mercados financeiros internacionais, a economia brasileira apresenta condições objetivas de voltar a crescer a taxas de 7 por cento, ao ano e, assim mesmo, eliminar o seu déficit de transações correntes no final de cinco anos".

Para tanto, observou Diniz, "basta que as nossas exportações mantenham um crescimento médio anual de 12 por cento, que as taxas de juros refluiam no patamar de 15 por cento. Em 1989, que voltem a

ocorrer investimentos diretos crescentes no país e que a inflação mundial permaneça estável nos 6 por cento ao ano".

Para um crescimento do PIB de 7 por cento ao ano, o estudo apresentado por Abílio Diniz prevê um crescimento de 2,8 por cento. A população economicamente ativa, que é hoje estimada em 50 milhões de pessoas, traduzido por número de empregos, este crescimento significará a contratação de 1,4 milhão de novos trabalhadores, dos quais 1,2 milhão corresponderá à absorção dos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho, enquanto os restantes 200.000 serão constituídos por trabalhadores desempregados durante a recessão, que precisam voltar ao mercado de trabalho. "E esta retomada do crescimento — disse Diniz — terá que ser planejada de modo a evitar que ocorram novos desequilíbrios no balanço de pagamentos".

Diniz lembrou que "a sociedade brasileira, por todas as suas camadas responsáveis, já fez sua profissão de fé no regime democrático e pela livre iniciativa, que são dois pilares básicos sobre os quais será consolidada a sociedade moderna, aberta e pluralista ambicionada por todos os brasileiros".